

# Vulnerabilidade do Brasil preocupa o investidor, diz Gros

Cecília Barroso  
do Rio

O ex-presidente do Banco Central (BC) e diretor executivo da divisão latino-americana do Morgan Stanley, Francisco Gros, disse ontem que, embora o mercado tenha dado uma prova de confiança à economia brasileira em ocasião do leilão de privatização da Telebrás, os investidores externos de carteiras de portfólio (aplicações em renda fixa e variável) ainda consideram o risco Brasil "inaceitável", em função da vulnerabilidade do País em relação ao capital estrangeiro.

Gros destacou que, segundo estudo realizado pela agência classificadora de riscos Standard & Poors, a necessidade de recursos externos para financiamento da dívida pública do Brasil é 43% maior do que o volume das reservas cambiais, que hoje somam US\$ 70 bilhões. "Os ativos brasileiros continuam sendo os mais baratos do mundo devido ao seu alto risco", disse, garantindo que os investidores de curto prazo estão parados, esperando o desenrolar dos acontecimentos no cenário internacional. Ele acredita que os investimentos externos devem atingir este ano entre US\$ 25 bilhões e US\$ 30 bilhões, ante os US\$ 20 bilhões alcançados no ano passado.

O ex-presidente do BC ressaltou que o Governo deveria prestar mais atenção aos estudos promovidos pelas agências classificadoras de risco. "Não que elas funcionem como uma espécie de bíblia, mas pelo fato de que as mesmas se utilizam de uma linguagem franca e direta e, por isso, servem como alerta", comentou. Ele defendeu a necessidade do Governo promover, logo após as eleições de outubro, a aprovação das reformas estruturais, entre elas a fiscal, a tributária e a segunda fase da reforma da previdência.

O diretor-executivo da divisão la-

tino-americana do banco Morgan Stanley participou do seminário "Gestão de Riscos de Crédito e Investimentos", promovido ontem pela Câmara de Comércio Americana, na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro (BVRJ). Na ocasião, o diretor da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Leonardo Brunet Mendes de Moraes, destacou que a entidade vai analisar a procedência das denúncias de que a Câmara de Liquidação e Custódia (CLC) teria aplicado os recursos provenientes da venda da Telebrás em operações de overnight, obtendo um ganho adicional de R\$ 430 mil. Ele garantiu que só tomou conhecimento do caso pela imprensa.